



AFEGANISTÃO

Talibã bane mulheres da universidade

Milícia fundamentalista que comanda o país desde agosto de 2021 proíbe afegãs de frequentarem o ensino superior "até novo aviso". Decisão aprofunda isolamento por gênero. Ativistas veem retirada de liberdades

» RODRIGO CRAVEIRO

AAMIR QURESHI



Mulheres vestidas com a burca caminham em rua de Cabul, capital do país: símbolo da opressão

Vozes contra o fanatismo

Foi mais um capítulo da derrocada dos direitos humanos no Afeganistão e da consolidação de um regime dracôniano islâmico no país. Em maio passado, a milícia fundamentalista islâmica Talibã ordenou o retorno do uso do hijab (véu islâmico). Seis meses depois, o Ministério para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício — reinstalado pelo Talibã desde o retorno da milícia ao poder, em agosto de 2021 — proibiu as afegãs de frequentarem parques públicos. Ontem, as autoridades talibãs anunciaram que as mulheres do Afeganistão não mais poderão ter acesso à educação universitária.

"Recomenda-se que implementem a ordem de suspender a educação das mulheres até novo aviso", indica carta assinada pelo ministro do Ensino Superior, Neda Mohammad Nadeem, enviada a todas as universidades públicas e privadas. A medida vale por tempo indeterminado. Três meses atrás, milhares de cidadãs realizaram provas para entrarem nas universidades, uma espécie de vestibular. As universidades se viram obrigadas a adotar novas normas, como a segregação por gênero nas salas de aula e nas entradas dos prédios.

Suhail Shaheen, chefe do Escritório Político do Talibã em Doha (Catar) e ex-porta-voz do grupo, afirmou ao **Correio**, por telefone, esperar que a questão seja "resolvida amigavelmente à luz das normas islâmicas o mais rapidamente possível". "Acho que o acesso à educação em hijab (véu islâmico) é o direito de toda menina e mulher do Afeganistão. Não sei sobre a autenticidade desta decisão, estou tentando confirmar, mas, como é tarde da noite em meu país, não tem sido possível", disse.

"Quando as meninas afegãs foram proibidas de ir à escola secundária, no começo deste ano, imaginei que isso pudesse acontecer. Se não existe escola secundária, também não há universidade", explicou ao **Correio** Nadia Ghulam Dastgir, 37 anos, a ativista afegã que passou uma década disfarçada de garoto para trabalhar e alimentar sua família, durante o primeiro regime do Talibã (1996-2001). "Os talibãs têm retirado, gradualmente, todas as liberdades das mulheres e das meninas de meu país."

Fotos: Arquivo pessoal



Nilofar Yousefi, 24 anos, ativista afegã pelos direitos das mulheres, asilada em Madri

"Os talibãs tomaram a vida das mulheres e sempre buscam meios de eliminá-las da sociedade. Os talibãs não são conscientes do islã, da sharia (lei islâmica) ou da religião. Eles apenas vivem para seus próprios interesses e para encherem seus bolsos. Para prejudicar a imagem do islã, o Talibã converteu as afegãs em vítimas das políticas mundiais. Não deixam que as mulheres recebam educação, a fim de que elas não tenham consciência."



Nadia Ghulam Dastgir, 37 anos, ativista afegã que se disfarçou de menino para trabalhar durante o primeiro governo do Talibã

"O Talibã tem buscado eliminar a vida das mulheres em meu país natal. Elas querem retirar todas as suas liberdades. A educação secundária feminina no Afeganistão foi muito importante porque hoje temos médicas, enfermeiras e professoras. Depois de retirar a oportunidade crucial de mulheres e meninas irem à universidade, o futuro será de escuridão para as afegãs."

Em 2006, Nadia mudou-se do Afeganistão para Barcelona, onde se submeteu a uma cirurgia de reconstrução da face, depois de ser desfigurada pela explosão de uma bomba. Uma década depois, na Espanha, Nadia fundou a organização não governamental Ponts per la pau ("Pontes para a

paz", em catalão). "Nós tentamos dar oportunidades de educação às meninas e mulheres do Afeganistão. Elas têm sofrido muito! Hoje, recebi várias mensagens de garotas que expressaram pouca esperança de que possam frequentar a universidade ou a escola. A comunidade internacional



Habiba Ashna Marhoon, 32 anos, ativista afegã, fundadora da ONG Coalizão da Liberdade

"A decisão de impedir as mulheres de frequentarem a universidade não é nova para o Talibã. Na última vez que ascendeu ao poder, eles proibiram as afegãs de irem à escola e à faculdade. O Talibã acredita que a educação do século 21 e o ensino universitário são pecaminosos. A única educação permitida é a islâmica."

nada faz pelas afegãs. A educação é um direito nosso. O mundo precisa se levantar por elas e oferecer-lhes apoio."

Ativista pelos direitos das mulheres, a afegã Nilofar Yousefi, 24, disse ao **Correio** que suas conterrâneas não podem levantar a voz, caso contrário, serão silenciadas. "A

Eu acho...



"As execuções públicas são realizadas em muitos países islâmicos, bem como no Afeganistão, em consonância com a lei islâmica. Mas elas também são feitas em países não-muçulmanos, de acordo com sua legislação, ainda que não publicamente."

Suhail Shaheen, chefe do Escritório Político do Talibã em Doha (Catar) e ex-porta-voz do grupo

comunidade internacional não deve permitir que os direitos delas sejam arrebataados. Um país onde as mulheres não podem estudar jamais poderá progredir", advertiu.

Eliminação

Natural da província de Parwan (nordeste) e asilada na Espanha há 11 meses, Sahar Nabizada, 32, acusa o Talibã de pretender "eliminar" as mulheres afegãs. "Para chegarem a esse fim, não deixam que as meninas estudem. Eles têm medo de as mulheres se tornarem poderosas e poderem fazer tudo o que quiserem. Não existe futuro algum para as afegãs", lamentou à reportagem. "Na verdade, há um futuro sombrio. Elas não podem estudar, nem trabalhar, nem frequentar a universidade. Essa decisão do Talibã é péssima."

Fundadora da ONG Coalizão da Liberdade, Habiba Ashna Marhoon, 32 anos, admitiu à reportagem que não se surpreendeu com o anúncio do Talibã. "Todos os afegãos sabiam que o regime tomaria esse tipo de decisão. Talvez seja uma surpresa para a imprensa estrangeira. Não para nós, afegãos, que conhecemos os talibãs. Eles querem o retorno do Afeganistão e das mulheres afegãs à Idade da Pedra. É isso o que têm feito", desabafou. Habiba adverte que a medida impactará as próximas gerações. "Elas pensarão e agirão de modo diferente da nossa sociedade. Isso cortará o Afeganistão do resto do mundo. As pessoas começam a se levantar contra o Talibã. O regime está dando motivos à população para um levante."

PERU

Presidência do Peru/AFP



Dina Boluarte deve entregar cargo em julho de 2024

Congresso antecipa eleições

Com 93 votos a favor, 30 contra e uma abstenção, o Congresso da República do Peru aprovou, na noite de ontem, a reforma constitucional que permitirá antecipar as eleições gerais de 2026 para abril de 2024. A mudança precisava do apoio de 87 legisladores e contempla também que a atual governante, Dina Boluarte, entregue o mandato ao ganhador do novo pleito em julho de 2024. Ontem, ela prometeu estar em condições de deixar o poder no prazo estabelecido.

A manobra é uma tentativa de resolver a crise provocada pelo autogolpe de Estado fracassado do ex-presidente Pedro Castillo, que acabou destituído pelo próprio Congresso. A detenção de Castillo deflagrou violentos protestos em várias cidades do país. Pelo menos 21 pessoas morreram e 650 ficaram feridas nos confrontos com as forças de segurança. O ex-líder esquerdista cumprirá prisão preventiva de 18 meses.

A votação por parte dos parlamentares coincidiu com um imbróglie diplomático entre o Peru e o México. O chanceler do México, Marcelo Ebrard, confirmou que a mulher e os filhos de Castillo se refugiaram na embaixada mexicana em Lima. Em relação, o governo peruano declarou "persona non grata" o embaixador mexicano e lhe deu "72 horas para deixar" o território peruano. Lilia Paredes, mulher de Castillo, é investigada pelo Ministério Público do Peru como possível coordenadora de uma suposta organização criminal que seria liderada por seu marido.

Críticas

Vice-presidente do Congresso, Martha Moyano explicou ao **Correio** que 70% dos peruanos estão empregados na informalidade. "As pessoas buscam o seu sustento diário. Muitas mulheres são líderes populares e, quando saem para protestar, o fazem para garantir acesso aos programas de governo. O que temos nas ruas, hoje, não são lideranças populares, mas um grupo radical que busca tornar a incendiar o país, como ocorreu na década de 1980", comentou. "Por desgraça, há 21 mortos. Os membros do partido Perú Libre, de Castillo, exigem a convocação da Assembleia Constituinte. Querem arrastar a nação para se transformar em uma Venezuela", acrescentou.

Moyano descartou a instalação de uma Constituinte e lembrou que a Carta Magna, de 1993, busca garantir o desenvolvimento do Peru e defender direitos humanos fundamentais. "Ela pretende assegurar os investimentos privados, a fim de gerar recursos e empregos", destacou. "O Congresso aprovou recortar o mandato para 2024. Precisamos votar a proposta na nova Legislatura, provavelmente em março." (RC)

ESTADOS UNIDOS

Justiça terá dificuldades para julgar Trump

O Congresso dos EUA aprovou, na noite de ontem, tornar públicas as declarações fiscais de Donald Trump. Foi a segunda derrota do ex-presidente republicano em pouco mais de 24 horas. Na segunda-feira, o comitê da Câmara dos Representantes que investigou a invasão de 2021 ao Capitólio declarou-se convencido de que o magnata cometeu uma série de crimes.

Montar um processo judicial será um pouco mais complicado. O comitê de nove membros resumiu as conclusões de sua investigação de 18 meses em sua última reunião, na segunda-feira, na qual sua vice-presidente, a republicana Liz Cheney, declarou que Trump "não está apto para nenhum cargo".

O painel sugeriu que o Departamento de Justiça acuse Trump de obstrução de um processo oficial,

conspiração para fraudar os EUA, declarações falsas ao governo e incitação à insurreição. Os congressistas sustentam que o magnata republicano passou meses mentindo para apoiadores ao afirmar que a eleição de 2020 foi roubada, incitou uma multidão a invadir o Capitólio em 6 de janeiro de 2021 e não fez nada para impedir o ataque, que deixou cinco mortos.

Analistas jurídicos admitiram que o caso apresentado pela comissão da Câmara é convincente, mas alertaram que existem regras mais onerosas que limitam os promotores em um processo criminal. "Existe um conjunto de normas federais sobre provas que controlam quais depoimentos um júri pode ouvir", escreveu a ex-procuradora americana Joyce Vance, ao analisar o trabalho do comitê. O Departamento de Justiça "deveria avaliar cuidadosamente as

CHIP SOMODEVILLA



Donald Trump poderá responder pelo crime de insurreição e ser impedido de disputar cargos públicos

e não abordou as possíveis linhas de defesa. "Talvez o crucial seja que Trump tendia a agir de forma evasiva — passando tarefas a subordinados, evitando confrontos e e-mails —, motivo pelo qual as provas admissíveis podem ser mais difíceis de conseguir", disse à agência France-Presse Kevin O'Brien, ex-assistente do procurador-geral dos EUA.

Gerard Filitti, assessor do grupo de especialistas The Lawfare Project, adverte que um júri em desacordo seria o resultado mais provável se o caso Trump for julgado, uma vez que muitos americanos creem que a eleição foi fraudada.

provas para determinar se as provas admissíveis de que dispõe são suficientes", acrescentou.

Trump nunca apresentou uma

versão detalhada dos fatos, limitando-se a dizer que enfrentava uma caça às bruxas. Analistas apontam que o comitê foi tendencioso